

O Chanceler da Paz

Ten. Cel. Lyra Tavares

A Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil tem o dever de associar-se às comemorações oficiais da passagem do centenário de Rio Branco. Esse dever decorre da própria natureza da revista e das finalidades culturais da instituição de que ela é porta-voz. O Barão é figura de primeira grandeza, tanto na nossa história quanto na nossa geografia. Ele a estudou com profundidade e a enriqueceu com brilho, e talvez nenhum outro estadista brasileiro tenha posto com tanta inteligência e com tamanho sucesso, ao serviço da Pátria, os conhecimentos sobre a sua formação política e sobre o seu patrimônio territorial, que tanto sobressaem na obra diplomática de José Maria da Silva Paranhos Junior.

O DIPLOMATA DA PAZ

Não é por outro motivo, acrescido das grandes afinidades entre a sua obra admirável e a razão de ser do nosso Instituto, que nós o vemos figurar na galeria dos seus patronos, como exceção que só ele e Calógeras haveriam de merecer.

Na verdade, as figuras de Rio Branco e Pandiá Calógeras, que honram com os seus nomes as cadeiras numero 3 e numero 12, ao lado de soldados ilustres, em cujas obras se inspiram o nosso programa de estudos e o nosso estímulo intelectual, não constituem, a bem dizer, duas exceções. São ambos, pelo contrário, paraninfos obrigatórios e exponenciais dos que se dedicam ao estudo dos grandes problemas do Brasil, da sua formação política e dos fatores reais de que depende o seu futuro.

No grande momento histórico de hoje, face aos problemas graves e decisivos com que se defrontam as nações e à unanimidade de sentimentos com que as Américas se con-

gregam, nenhum nome nacional merece ser mais reverenciado quanto o de Rio Branco, pelo sentido americanista com que a sua atuação na vida pública propiciou o ambiente de solidariedade, o espírito de compreensão, o sentimento de auto-defesa, graças aos quais o continente se apresenta, hoje, deante do mundo convulsionado e destruído, como sustentáculo dos grandes ideais humanos, como ponto de apoio de uma civilização que está salva, mas que importa reconstruir e aperfeiçoar, a despeito dos seus inimigos ocultos. Bem podemos compreender que o espírito do grande diplomata está presente, hoje, a este movimento de ressurreição, em que o Novo Mundo representa o papel principal, mercê da coesão dos seus povos e da ação conjunta dos seus estadistas. Rio Branco é um dos autores deste grande trabalho que hoje empolga as Americas.

O que mas exalta a sua ação de homem público, nas várias questões em que foi advogado do Brasil e nas felizes iniciativas que tomou, para preservar a paz do continente, é o sentimento inflexível em que emprega os vastos recursos da sua sabedoria, sempre visando soluções razoáveis e definitivas, justas e equitativas, dentro de um sincero espírito americanista, a cujos ditames superiores muitas vezes se rendeu, para lograr o estabelecimento de fórmulas de equilíbrio que pudessem assegurar, não tanto os anseios nacionais quanto a estabilidade da paz na família americana. Ao contrário dos marechais da guerra, que estudam a história dos povos e os mapas geográficos para traçar planos estratégicos e definir objetivos militares, êle era, realmente, o "marechal da paz" quando, em vigílias prolongadas, procurava definir as nossas fronteiras dentro dos títulos habéis do Direito, sem imposições nem intransigências, mas respeitando as alegações contrárias, confrontando os interesses em litígio, acatando as sentenças arbitrais, na certeza de que as soluções injustas acarretam reivindicações futuras e constituem uma ameaça permanente à harmonia internacional. Êle estudava a Geografia e a História para a defesa do Direito e da paz, e nenhum mérito maior poderia assegurar a projeção da sua figura inexcedível na história do Brasil e do continente. Êle soube velar, igualmente, pelo futuro da sua pátria e pelos destinos comuns da América.

Conhecedor seguro da História e da Geografia, êle sabia bem que essas duas ciências se interpenetram e se completam para o estabelecimento das bases de uma paz estável e justa entre as nações.

O estudo da formação dos povos, no tempo e no espaço, das suas reivindicações históricas, da sua estrutura econômica, das suas mentalidades políticas, das tendências das suas culturas e, sobretudo, das suas possibilidades de auto-suficiência, permitem explicar, prevêr e evitar as crises internacionais, pela antecipação dos entendimentos razoáveis dentro de um espírito de compreensão e de justiça, sem agravos às suas soberanias nem intolerâncias essenciais. Tal é a obra dos estadistas da paz. Tal a missão dos diplomatas esclarecidos, que tanto se devotam à defesa dos interesses da defesa nacional quanto se empenham para que êles sejam postos em consonância com os ideais comuns da civilização e do direito, sem o que ninguém poderá, verdadeiramente, trabalhar em proveito da paz.

As armas mágicas com que Rio Branco logrou realizar tão admirável trabalho diplomático, em proveito do Brasil e da paz continental, foram mais os seus seguros conhecimentos sôbre a Geografia e a História do Brasil e do continente, aplicados em vigílias de estudos, com patriotismo e descortino, do que o brilho do seu talento de estirpe ou a justiça meridiana das causas que defendeu. Foi nas investigações históricas e nas indicações dos mapas geográficos que êle encontrou as fórmulas conciliatórias, as soluções justas, os argumentos decisivos, para a defesa da justiça e da paz. "Ninguém cultivou, mais do que êle, nem tão "ardentemente, a paz baseada no espírito de justiça". (O tratado sôbre o condomínio da lagôa Mirim e das aguas do rio Jaguarão constitue um dos depoimentos mas sugestivos e mais característicos da sua obra e da nossa história diplomática. Alí o Barão se mostrou, como sempre, fiel intérprete do espírito continental e do sentido pacifista da nossa política de fronteiras e revelou, acima de tudo, a argúcia do estadista em conciliar os interesses de povos amigos preferindo a solução do problema continental à imposição integral de um direito nacional, visto isoladamente.

Tratando, com autoridade e realismo, das crises políticas internacionais, Oliver Benson, professor da Universidade Oklahoma, formulou um conceito interessante sobre o papel que incumbe à diplomacia. Para êle, a missão do diplomata, em tempo de paz, é evitar, a guerra, desde que isso seja possível. Em caso contrário, êle deve, pelo menos, evitar que a sua pátria venha a ficar do lado derrotado. Daí, dís êle, a finalidade dos tratados de aliança, das coligações, das esferas de influência, dos pactos de apoio recíproco, dos movimentos de solidariedade continental, etc., tudo destinado a reforçar a posição do Estado contra um inimigo provavel.

Admitido o princípio de que nenhum governo tomará a iniciativa de uma guerra em que tenha, como certo, ser vencido, o objetivo normal do diplomata é estabelecer uma superioridade militar que prevaleça sobre qualquer agressor eventual ou que o impeça de aventurar-se a um desastre certo.

Benson define a missão do diplomata à luz da história, desde que os Estados, procurando preservar a sua soberania e a sua integridade, ao contrário de corrigirem as causas das guerras, dentro de uma fórmula de equilíbrio, disputam-se, durante os períodos de paz, a hegemonia da força, responsável pela mentalidade guerreira, pelo desrespeito aos Estados pacifistas, pelos atentados aos direitos nacionais, que constituem a origem das guerras. Tal conceito de diplomata não se aplica à obra de Rio Branco, cuja atuação, no cenário da politica internacional, bem lhe valeu o título de Chanceler da Paz. Para êle, a questão está em ser forte, para ser respeitado, e não em ser o mais forte, para ser temido.

“Ser, como fui, desde a adolescência e a idade civil, um estudioso do nosso antigo passado militar; ter sido, sempre que pude, em outros tempos, aquí, como no estrangeiro, um modesto divulgador dos feitos gloriosos da nossa gente portuguesa e brasileira de outrora, na defesa e dilatação do território do Brasil; prezar constantemente os que se dedicam à carreira das armas, indispensável para a segurança dos direitos e da honra da patria; tudo isso, meus senhores, não significa que ou tenha sido ou seja militarista.”

A ação diplomática de um chanceler é, sem duvida, consequência da orientação da política nacional, impressa pelos

governos. Desde que essa política, no que concerne às relações internacionais, vislumbre o perigo de preparação militar conjugado com o jogo das alianças e dos pactos militares, mas, ao contrário, o estudo bilateral e desapaixonado das causas determinantes do perigo, inspirado na idéia de conjurá-lo, sem menosprezo dos direitos e da soberania de cada Estado. Do contrário, seria comprometer os mais altos ideais da civilização, prejudicando o equilíbrio da sociedade internacional e tornando inamistosa a convivência dos povos, que o progresso industrial tende a aproximar cada vez mais. Nesse sentido, o clima político do continente americano, criado, através dos tempos, pelos seus grandes paladinos da democracia e pelo sentido pacifista da sua civilização, criou, na América, um ambiente de compreensão e de boa vontade dentro do qual os litígios internacionais se resolvem pelos meios pacíficos e a ameaça da guerra, cada vez mais afastadas as causas que a poderiam determinar, já não intervem na ação progressista dos governos, que se ajudam e se empenham na construção de um mundo melhor.

A HARMONIA CONTINENTAL

Os problemas de ordem política e, particularmente, os litígios fronteiriços que herdamos dos povos ibéricos chegaram a constituir elementos de graves dissídios entre as novas nações de origem portuguesa e espanhola, da América do Sul. Uma vez, porém, atingida a nossa maturidade política, no século XIX, a personalidade dos Estados sul-americanos se emancipou, totalmente, das influências originais, e as suas relações recíprocas se estabeleceram e consolidaram, progressivamente, dentro de um espírito cada vez mais forte de cooperação e de entendimento. Data daí o período áureo da história diplomática continental. Foi sob os auspícios de tão nobre movimento que surgiram, no nosso cenário político internacional, as grandes figuras da nossa diplomacia, para completar a tarefa dos heróicos paladinos da nossa emancipação. A vida de Rio Branco constitui um exemplo característico dessa época. Homem público, versado nos grandes problemas nacionais, ele haveria de atuar nas mesmas direções

indicadas pela herança, prosseguindo no trabalho do seu ilustre pai. A atividade de ambos se repartiu entre o jornalismo, o parlamento, a diplomacia e o governo. A ação de Rio Branco iria projetar-se, principalmente, na diplomacia, ao passo que a do visconde fôra mais dedicada aos problemas de governo e da política interna. A época já permitia à sua argúcia inata de diplomata de estirpe, vislumbrar crises que poderiam deflagrar, se os problemas de fronteiras, relegados pela falta de vontade ou de competência para resolvê-los, não fossem enfrentados com a firme disposição de recorrer, dentro de um espírito sereno de cordialidade, às fórmulas jurídicas que assegurariam o espírito de concórdia entre as nações do continente, sem afetar-lhes as soberanias. Foi essa a obra a que dedicou todos os seus esforços e todo o seu talento. Êle a realizou com sucesso, logrando, ainda, um triunfo maior, pelo estabelecimento, em bases sólidas, do sistema arbitral e dos processos pacíficos para a solução dos litígios, cada vez mais raros, entre os Estados americanos. As questões que êle encarou, antecipando-se, quase sempre, às crises diplomáticas e ao ambiente desfavorável delas resultantes, poderiam comprometer, no futuro, a paz americana. A clarividência do diplomata de uma nação pacifista estava, exatamente, em afastar os motivos de discórdia, para consolidar a obra da paz.

A organização político-territorial da América do Sul, pela natureza das suas origens, apresentava ainda, no fim do século XIX, certos pontos mal definidos, no juízo dos interessados. Algumas questões de fronteiras, de certa importância, estavam ainda sem solução. Para os espíritos sinceramente americanistas e amantes da paz, capazes de pressentir a ameaça que elas poderiam constituir à harmonia do continente, a política dos governos estava, exatamente, em resolvê-las tão cedo quanto possível, para que a paz e a estabilidade dos povos americanos pudessem assentar em bases cada vez mais sólidas. Além disso, havia dúvidas suscitadas por países não americanos, do continente. No caso particular do Brasil, a França se dizia com direito ao território do Amapá e a Inglaterra pretendia avançar a linha fronteira da sua Guiana para abranger o território de Pirara.

Os problemas eram complexos e múltiplos, mas ainda era lícito procurar soluções conciliatórias sem grandes incompatibilidades e — o que é mais importante — sem ferir as susceptibilidades nacionais e a estrutura econômica dos países interessados. Tanto seria imprudente adiá-los como desastrosa qualquer intransigência irremediável. Tudo dependia de que, no espírito dos estadistas responsáveis, os entendimentos e as fórmulas se revestissem de uma elevada compreensão americanista, de um sincero respeito ao Direito e à Justiça, que lograssem sobrelevar as reações, às vezes apaixonadas, dos pontos de vista particularistas.

A história do continente não registra nenhum período mais glorioso nem nenhum título maior do que a sucessão dessas vitórias diplomáticas que constituem, hoje, as bases tradicionais de uma confraternização indissolúvel em torno dos ideais do Direito e da Justiça. As virtudes guerreiras da América latina, tantas vezes afirmadas nos campos de batalha, nunca foram postas ao serviço de causas menos dignas, e os seus estadistas souberam cultivar e defender, no campo político, as supremas aspirações dos seus heróicos libertadores, construindo uma América livre e unida, em cujas terras pacíficas surgiram e prosperaram uma civilização e uma cultura que dignificam a vida humana. O belo patrimônio espiritual de que somos, hoje, detentores, é, sobretudo, obra dos grandes diplomatas americanos, que souberam forjar uma consciência continental unânime e forte, capaz de dar um sentido comum às tendências e aos problemas nacionais. O Brasil formou sempre na vanguarda desse movimento e o Barão do Rio Branco foi, sem dúvida, um dos seus mais sinceros e mais ilustres paladinos.

A DEFESA NACIONAL

Quase todos os problemas fundamentais da fixação do nosso patrimônio territorial foram solucionados pelo Brasil-Colônia, constituindo exceção principal a questão da Colônia do Sacramento, cujas crises políticas e militares vieram pronunciar-se ao tempo do Império. A tarefa complementar do

Império foi delicada e difícil, mas êle a levou a bom termo, graças à visão dos seus estadistas, afeitos ao trato das questões internacionais e, sobretudo, à centralização do poder, que facilitava a ação do governo, nas decisões mais graves.

Cumpria à República consolidar todo êsse trabalho formidável. Certas questões importantes de fronteiras ainda estavam sem solução. O advento do novo regime, embora viesse ao encontro das tendências pronunciadas da opinião nacional, criara, de início, um ambiente desfavorável para enfrentá-las. Não somente a descentralização do poder e o impulso que tomou o sentimento regionalista, como a instabilidade dos dirigentes, alguns estreatantes nos negócios públicos, concorriam para que passassem para segundo plano questões vitais para a soberania nacional. Os próprios ideais republicanos, impulsionados, doutrinariamente, pelos apologistas do Positivismo, tinham que forçosamente repercutir na mentalidade dos chefes militares, de cuja orientação dependia a expressão militar do Brasil. Por outro lado, era necessário, primeiro, que o novo regime, trazendo novos estadistas e novas diretrizes políticas, firmasse a sua posição nas relações com os outros povós, salvaguardando a nossa soberania, cuja defesa e cujo prestígio deveriam repousar, em última análise, na nossa capacidade de defesa, na coesão da nossa política, na eficiência das nossas Fôrças Armadas.

A situação era delicada para os primeiros estadistas da República. As pretensões territoriais que alimentavam certas nações, inclusive grandes potências extra-continentais, como a França e a Inglaterra, poderiam constituir, mais tarde, motivos de crise, a turvar o ambiente de cordialidade com os vizinhos. Impunha-se consolidar a obra do Império, defendendo os nossos direitos e resguardando a nossa soberania, de forma definitiva. Era, em suma, a segurança nacional que estava em jôgo e era preciso, ao mesmo tempo, preservá-la de ameaças eventuais e afastar, de uma vez por todas, os motivos de desconfiança ou desarmonia dos vizinhos, como base de uma política de respeito mútuo e de amizade continental. Coube a Rio Branco, cuja figura inexecidível de diplomata e de estadista se projetou, no cenário político, exata-

mente nesta hora decisiva para os nossos destinos, salvar a continuidade da nossa política internacional e defender e firmar o princípio de arbitramento como norma para solução dos litígios fronteiriços internacionais. Guiado pelo culto sincero ao Direito e à Justiça, nem por isso êle deixava de ser um grande propugnador do poder material do Estado, da sua capacidade de defesa, que, antes, lhe pareciam condições essenciais para afirmação da sua soberania e garantias do respeito e da paz entre as nações. Êle não compreendia uma pátria livre e soberana sem estar em condições de fazer prevalecer os direitos nacionais ameaçados, nem uma independência política que não repousasse no prestígio e no respeito das nações, umas em relação às outras. Foram essas as linhas mestras da sua conduta política e as razões pelas quais, fazendo obra de paz, ora parece excessivamente liberal quando concede ao Uruguai o condomínio das águas limítrofes, ora parece militarista quando rende homenagem e presta culto aos nossos feitos militares do passado.

De qualquer forma, nem pelo fato de sermos, por índole e denodadamente, apologistas da paz, nem pelo de preferirmos as fórmulas pacíficas, os processos civilizados, para decisão dos litígios internacionais, nem, ainda, pela circunstância de não termos ambições territoriais nem nos permitirmos a guerra de conquista, devemos ser fracos e desarmados. Isso não seria, apenas, uma grave imprevidência mas, sobretudo, desconhecer a História. Ela nos ensina — e acabamos de ter a mais dura lição, a prova mais cruel — que para defesa dos grandes ideais, ainda não totalmente alcançados, os povos não devem ser negligentes e desprevenidos. Não teriam expressão as suas vozes, em face da agressão, nem lhes seria possível o sentimento e o exercício da soberania sem os meios para resguardá-la, sem a consciência de poder defendê-la.

Daí a atenção e o carinho com que os estadistas esclarecidos velam pelas instituições militares e respeitam a sua História. Não há nesse culto ostensivo ao nosso passado e ao nosso presente militar nenhuma incoerência com os objetivos pacifistas da obra de Rio Branco, afinal plenamente e vitoriosamente atingidos. O que repugna aos verdadeiros diplomatas é que as Classes Armadas, ao contrário de constituírem

uma garantia de paz, possuam uma mentalidade de casta, antidemocrática e agressiva, ou exerçam qualquer influência perniciosa nas diretrizes políticas nacionais, a que devem obediência e acatamento.

A obra diplomática do grande chanceler da República tem, como mérito maior, o de haver conciliado os interesses da nossa soberania intangível, com os da estruturação, em bases firmes, da amizade continental, que êle tinha como sendo o trabalho fundamental para uma paz efetiva e estável.

No terreno exclusivo das conversações e dos entendimentos, sem ameaças nem humilhações, invocando as normas do Direito e os argumentos da técnica, recorrendo e submetendo-se às decisões de terceiros, êle assegurou, nos dois arbitramentos em que defendeu o Brasil, a conservação de 750.000 quilômetros quadrados do seu território, até então sujeitos a litígio, e logrou, ainda, acrescê-lo de 152.000 quilômetros quadrados, com a solução pacífica da questão acreana. Levando ainda mais longe o seu interesse de fazer respeitar os nossos direitos e de preservar a paz americana, êle procurou antecipar-se aos problemas, encarando e dirimindo as causas de quaisquer outras futuras divergências ou motivos de desconfiança que o seu espírito esclarecido e arguto podia vislumbrar. Foi êsse o propósito elevado dos seus atos posteriores, principalmente o dos trinta e um tratados e convenções com que ampliou o seu acervo de brilhantes serviços à paz americana.

Rio Branco queria um Brasil militarmente forte e moralmente elevado, dentro de um continente livre e pacífico, unido e progressista, vivendo sob o signo do Direito. "Nos sucessos que legitimam sua glória não houve lágrimas de desespero, nem gemidos de dôr de fracos e oprimidos (A. Tavares de Lira)". Êle tanto engrandeceu o Brasil quanto elevou e dignificou a consciência livre e a obra de confraternização dos povos da América.

Os grandes dias que hoje vivemos, festejando a vitória na guerra e preparando a vitória na paz, já constituem, em si mesmos, uma comemoração e uma consagração das nobres

idéias que o barão havia posto em marcha, no continente. Como que os próprios acontecimentos se associam, para um tributo mais vivo ao fecundo lidador da paz, na passagem do seu centenário.

